

DECLARAÇÃO POLÍTICA

DEPUTADA SALOMÉ MATOS

Horta, 9 de abril de 2024

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhoras e Senhores membros do Governo

Nos últimos oito anos, ficou adiada a resolução da maioria das grandes questões da competência da República em relação aos Açores.

Se o período entre 2016 e 2024 fosse um orçamento, o saldo final poderia resumir-se da seguinte forma: um superavit de propaganda de Lisboa e um défice de resultados para os Açores.

Até 2020, houve a política do fingimento.

O Governo da República do Partido Socialista fingia que dava. O Governo Regional do Partido Socialista fingia que recebia.

À política do fingimento sucedeu a política da represália.

Na Região deu-se uma mudança política em 2020 e o Governo da República do PS não gostou.

Os Açores e os açorianos foram tratados como portugueses de segunda até 2024.

Vejamos alguns exemplos:

O Governo da República do PS excluiu os agricultores açorianos dos apoios de âmbito nacional para compensar a subida de preço dos fatores de produção.

O Governo da República do PS discriminou as empresas açorianas, não estendendo às regiões autónomas o apoio excecional ao aumento do salário mínimo.

O Governo da República do PS não pagou mais de meia centena de milhões de euros relativos a investimentos já efetuados pela Região na recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo, apesar da promessa de comparticipar 85 por cento dos custos, fazendo executar o princípio de solidariedade nacional.

O Governo da República do PS, apesar das promessas, nunca autorizou a transformação da dívida comercial do Serviço Regional de Saúde em dívida financeira, causando fortes constrangimentos à gestão dos hospitais e centros de saúde da Região.

O Governo da República do PS protelou, durante mais de dois anos, a abertura do concurso para as Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo entre o Continente e as ilhas do Faial, Pico e Santa Maria.

Foi um processo repleto de omissões, meias-verdades e falsidades, em que o Governo da República do PS até foi desmentido pela Comissão Europeia, e que culminou num caderno de encargos com um número mínimo de ligações muito aquém das necessidades atuais das rotas existentes, apesar da insistência do Governo dos Açores.

Estes são apenas alguns dos muitos exemplos da política da represália que o Governo da República do Partido Socialista impôs aos Açores entre 2020 e 2024.

Nenhum destes assuntos constava da chamada “pasta de transição” que o Governo da República cessante entregou ao novo Executivo.

Até ao último dia em funções, o Governo da República do PS manteve a indiferença com que tratou os Açores durante oito anos.

Na sequência da mudança política ocorrida nas eleições nacionais de 10 de março, Portugal tem um novo Governo.

Aqui chegados, a exigência do que é justo para os Açores não pode abrandar.

Para o PSD/Açores, não é por haver um Governo da República da mesma cor política que mudamos a nossa forma de defender os Açores.

Ao contrário de outros, não somos exigentes de ocasião.

Somos exigentes por convicção.

Fomos, somos e seremos sempre exigentes na defesa dos Açores.

Da parte do PSD, os açorianos podem contar sempre com uma atitude exigente perante a República.

Mesmo que em Lisboa haja um Governo da nossa cor política.

Da parte do PSD, os açorianos têm uma garantia: nunca teremos a postura subserviente do PS/Açores quando em Lisboa havia um Governo da República socialista.

Somos exigentes com a República, porque primeiro somos açorianos. Só depois social-democratas.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e Senhores membros do Governo

Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é reclamar, com todos os meios ao nosso alcance, o pagamento dos cerca de 53 milhões de euros em falta relativos às obras de recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo.

Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é assegurar que os Açores são sempre englobados nas medidas de apoio de âmbito nacional, garantindo que a Região não volta a ser discriminada, como sucedeu no setor agrícola ou com os empresários açorianos.

Ter uma atitude exigente perante o Governo da República é reivindicar junto do Ministério das Finanças a autorização legal para transformar dívida comercial do Serviço Regional de Saúde em dívida financeira, viabilizando a gestão dos hospitais e centros de saúde dos Açores.

Não concebemos outra forma de defender os Açores que não seja a de ter, permanentemente, uma atitude exigente perante a República.

É isso que os açorianos esperam - e exigem - de nós.

É necessária uma atitude exigente face ao Governo da República para inverter o longo ciclo de desinvestimento nos serviços do Estado na Região.

É igualmente com uma atitude exigente que podemos trabalhar na revisão do modelo de financiamento da Universidade dos Açores pelo Estado, garantindo a sustentabilidade da instituição a longo prazo e respeitando a autonomia científica, estratégica e de gestão da academia.

A Universidade dos Açores é um pilar da Autonomia e um repositório da identidade do Povo Açoriano.

É na Universidade dos Açores que se formam os jovens quadros que contribuem para a economia e para a vida da nossa Região.

Temos também de ter uma atitude exigente para garantir que os Açores têm uma palavra decisiva na gestão do seu Mar.

Os órgãos de governo próprio dos Açores têm de ter uma palavra decisiva na gestão do nosso Mar e não ficarem dependentes de Lisboa.

O Mar dos Açores é o maior ativo que Portugal e a Região possuem.

Os Açores têm, forçosamente, de ter um papel preponderante na gestão e exploração dos recursos do Mar.

Nenhum destes objetivos se alcança sem exigência, firmeza e persistência perante todos os órgãos de poder nacionais, sejam quais forem os partidos que estão no Governo da República.

Até porque afirmar os Açores é garantir mais importância a Portugal, mesmo que em Lisboa não haja essa consciência.

Sim, porque como afirmou recentemente o Presidente do Governo, "Portugal é menos sem os Açores".

Contamos, por isso, com o Presidente José Manuel Bolieiro para liderar esta atitude exigente dos órgãos de governo próprio perante a República para defender os Açores.

Porque os Açores são o nosso partido.

Disse.